



TEMAS E CONCEITOS DA
GEOGRAFIA ESCOLAR
BRASILEIRA:
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIAS FEMINISTAS E ENSINO DE GEOGRAFIA: PODEMOS “MULHERAR” O MUNDO PELA EDUCAÇÃO?

Maysa Aparecida Goronski *
Natália Lampert Batista **

<https://doi.org/10.53455/2023cap1>

Muitos passos dados, muitos para darmos!



Fonte: Arquivo pessoal das autoras, 2022.

* Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus União da Vitória/PR no ano de 2014, especialista em Geografia: saberes docentes e a formação de professores pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) campus União da Vitória/PR, no ano de 2015. É professora efetiva na rede municipal de educação de Caçador/SC desde o ano de 2016 na disciplina de Geografia. É mestrandona Mestrado Profissional de Ensino em Geografia em rede Nacional (PROFGEO), no Instituto Federal Catarinense (IFC) campus Brusque/SC.

** É Professora Adjunta no Departamento de Geociências e no Programa de Pós-graduação em Geografia e Coordenadora do Laboratório de Ensino e Pesquisas em Geografia e Humanidades (LEPGHU), da UFSM. É Professora Colaboradora no Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO), no

A imagem anterior apresenta um protesto realizado por um grupo de jovens mulheres, estudantes de uma universidade brasileira, como respostas a recorrentes casos de assédio por diferentes pessoas na Instituição e fora dela. O chamado para a luta da/na Geografia emerge como um grito. Um grito por ajuda, mas sobretudo um grito de empoderamento e esperança. Eis que, cotidianamente, ser mulher se torna um desafio frente ao patriarcado, à misoginia, ao machismo e às diversas condutas que, muitas vezes, ferem a existência feminina. Ser mulher não é tarefa simples em um mundo em que o fato de existir gera ódio, repressão e hierarquização, dando aos homens, em geral, o direito de comandar a sociedade.

Por outro lado, **muitos passos já foram dados**. As Geografias Feministas emergem como potencializadoras e catalizadoras do feminino nos debates e embates sociais, políticos, econômicos, por direito a ser e a existir. Importantes pesquisadoras, como Joseli Maria Silva, Joanalira Corpes Magalhães, Silvia Federici, Simone Beauvoir, Marcia Tiburi, Heloisa Buarque de Hollanda, Bell Hooks, entre outras, trazem à tona a relevância de pensar o gênero como uma construção social e o empoderamento feminino como questão central aos debates e à resolução de demandas sociais contemporâneas. Todas essas mulheres são as representações teórica e política da resistência e da luta feminina; busca-se uma sociedade que nos inclua e nos dê espaço como seres capazes de participar ativamente na construção de um mundo melhor.

Mesmo com essas promissoras discussões, **há muitos passos para darmos!** A violência de gênero, expressa não somente no caso mencionado anteriormente, como também manifestada nas denúncias apresentadas por muitos órgãos. A exemplo disso, a pesquisa DataSenado, em que foram feitas perguntas via telefone para diversas mulheres sobre distintos tipos de violência e denúncias, percebe-se que grande parte das mulheres que sofrem violências são jovens e que têm como algoz seus companheiros afetivos. As violências mais evidentes na pesquisa foram as psicológicas e as físicas (BRASIL, 2021).

Em Caçador/SC, “município de origem” da primeira autora e onde está em andamento da pesquisa *Mulherando o mundo: enfrentamento da desigualdade de gênero como perspectiva da*

Geografia no Ensino Fundamental, vinculada ao PROFGEO/IFC, conta-se com a pesquisa de Cavalet (2020), que aponta que os dados são muito parecidos com os nacionais. Contudo esta pesquisa foi realizada a partir de boletins de ocorrências, ou seja, de mulheres que buscaram auxílio da justiça. A pesquisa traz que, de 2019 a 2020, foram registrados 1.563 casos de violência.

Tendo em vista tais dimensões, cabe-nos pensar: mas e a escola? Qual o papel da escola e do ensino de Geografia na mitigação da violência de gênero e no fortalecimento do empoderamento feminino. Nesse sentido, o objetivo deste texto é apresentar brevemente algumas discussões teóricas da Geografia Feminista e relacioná-las com o ensino de Geografia. Este artigo discute à luz das Geografias Feministas, como “mulherar” o mundo, isto é, uma intertextualidade com a expressão “melhorar” o mundo, visando ao debate para a igualdade de gênero e à valorização do feminino nas abordagens escolares. Serão debatidos elementos norteadores das Geografias Feministas no ensino, bem como suas contribuições à escola e à educação.

Discutindo ideias feministas e ensino de geografia

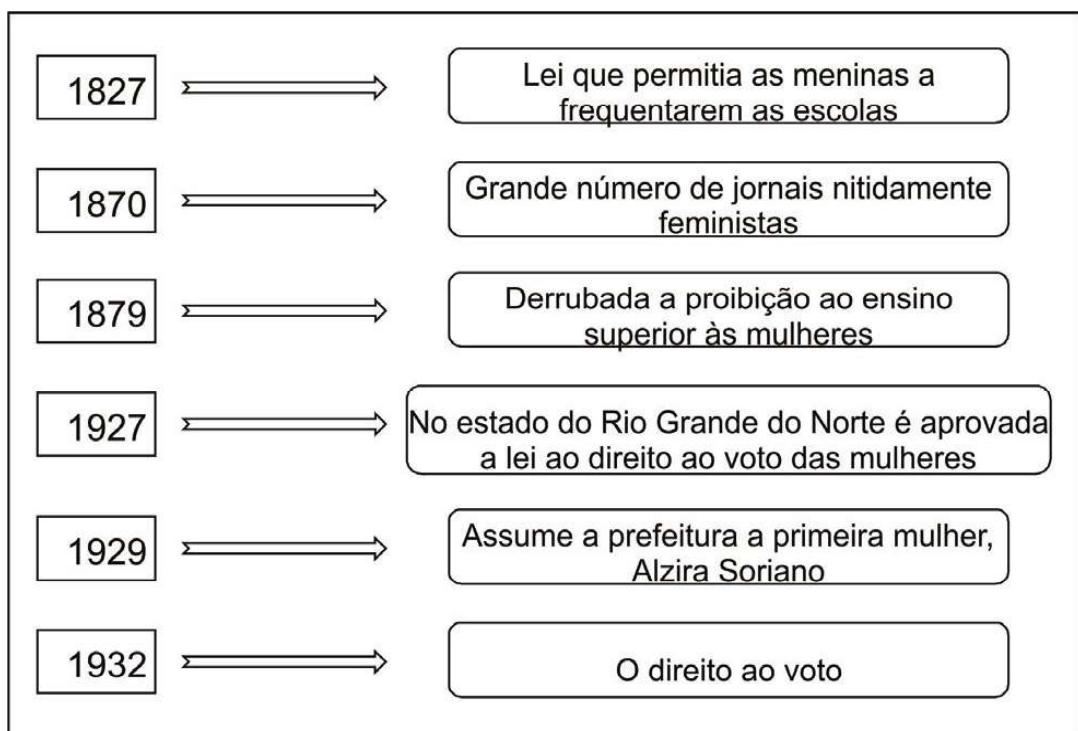
Pois o feminismo, a meu ver, deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, por iniciativa individual ou de grupo. Somente então será possível valorizar os momentos iniciais dessa luta [...] e considerar aquelas mulheres que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras legítimas feministas (DUARTE, 2019, p. 26).

O feminismo ganha força no século XIX, com maior destaque a partir da Revolução Francesa, contudo há muito tempo existiam mulheres insatisfeitas com as realidades vividas e que já questionavam o que era considerado “natural” na sociedade. No Livro do Feminismo

(MCCANN, 2019), há diversas contribuições de mulheres desde o século XVII, as quais provavelmente eram consideradas subversivas à época e que muito sofreram pelas suas críticas à sociedade como, por exemplo, Mary Astell – da Inglaterra – que questionava: “Se Deus deu tanto as mulheres como aos homens, almas inteligentes, por que elas devem ser proibidas de se desenvolverem intelectualmente?” (MCCANN, 2019, p. 21). Assim, percebe-se que há muito tempo as mulheres estão insatisfeitas com o seu espaço na sociedade e lutam pelos seus direitos.

O feminismo tem diversas fases e pautas. Suas abordagens são diversas, dependendo do lugar em que as mulheres estão inseridas no mundo. No Brasil, o feminismo atravessa múltiplos caminhos e períodos. Na Figura 1 é apresentada uma linha do tempo de conquistas das feministas brasileiras.

Figura 1 – Linha do tempo sobre conquistas feministas do Brasil.



Fonte: Duarte, 2019. Organização: Primeira Autora, 2022.

No Brasil após todos esses direitos conquistados, uma das lutas que as mulheres enfrentaram foi o posicionamento contra

a Ditadura Militar e a censura. Assim, o movimento feminista se posicionou a favor da redemocratização do território e de melhores condições de vida, sendo um fator importante para a democracia brasileira (DUARTE, 2019). Essas conquistas atreladas ao pensamento feminista precisam estar presente no espaço escolar, tencionando as estruturas misóginas da sociedade e pautando o empoderamento feminino, as conquistas das mulheres e suas potencialidades como parte integrante e relevante do mundo. Conhecer a história do feminismo é também conhecer a história das lutas femininas e suas buscas por mais espaço na sociedade. São passos necessários e ainda incipientes.

A partir dessa contextualização básica, autores como De Moraes e Souza (2022), apresentam uma série de entrelaçamentos entre o espaço escolar e as relações de gênero. Sejam relações pautadas na violência de gênero, sutil como a definição de regras mais rígidas para as meninas ou expressa em agressões mais intensas; sejam pautadas no enfrentamento da desigualdade de gênero e na busca pela inserção da mulher em patamar de igualdade frente aos homens.

Assim:

É pensar nos corpos docente e discente ali incluídas/os, nas normativas e nas regras estabelecidas, nos espaços ocupados para as diferentes atividades que, mesmo inconscientemente, estabelecem papéis ou normas para cada gênero. [...] Quando se propõe um ensino que contribua para que as/os estudantes pensem geograficamente a realidade em que estão inseridas/os [...], o componente curricular de Geografia pode problematizar as relações de gênero em suas espacialidades para aquele objetivo (DE MORAES; DE SOUZA, 2022, p. 3).

Obviamente, é preciso que se tenha claro que os estudos de gênero não estão pautados apenas na perspectiva da mulher cis¹. Eles abrangem dirigentes vivências que transcendem o sexo

¹ Aquela que se identifica com seu sexo biológico.

biológico binário. Todavia, aqui, se trabalha por um viés de Geografias Feministas, buscando pensar o papel da mulher (em suas múltiplas identidades) no contexto escolar a partir do cotidiano observado nas escolas de atuação da primeira autora. Destaca-se que a problemática aqui apresentada é muito importante, conforme observações de trajetórias, que muitas meninas após concluir seu estudo no Ensino Fundamental II, são direcionadas para realidades pautadas em: engravidar na adolescência, abandonar os estudos ou não apresentar perspectivas para seu futuro, além da obediência aos homens e ao casamento. Essa reprodução familiar conservadora e patriarcal leva essas meninas a se tornarem mulheres sem independência financeira ou emocional, podendo se submeter a muitas violências.

Há, dessa forma,

[...] três eixos de abordagem do gênero nos estudos geográficos: o primeiro está centrado nos estudos das experiências espaciais das mulheres e fundamentado na diferença sexual dos corpos masculino e feminino; o segundo compreende o gênero como uma construção social e, consequentemente, relaciona-se com os papéis sociais de homem e mulher que lhes são atribuídos; e o terceiro segue a concepção de que o gênero é uma representação, uma ficção reguladora, pois se trata de atos performativos que naturalizam o masculino e o feminino (DE MORAES; DE SOUZA, 2022, p. 5-6).

Essas dimensões vão permear pensar uma educação e um ensino de Geografia mais comprometidos com a efetiva formação dos estudantes para a cidadania e como seus corpos e gêneros representam visões de mundo no/para o espaço. Em termo de Geografia, todos esses debates podem e devem se relacionar com a compreensão do espaço público, bem como do direito à cidade. Dessa maneira,

[...] Espaço público são os lugares da cidade que se destinam basicamente à vida coletiva, mas, ele também é

lugar permanente do conflito e da divergência, onde estão as possibilidades de contestação e de resistência ao que está predominantemente estabelecido. (CAVALCANTI, 2020, p. 49).

Como campo de disputas e de conflitos, é no espaço público e, por extensão, na escola que o gênero reflete as dinâmicas pautadas na desigualdade e na supremacia patriarcal.

Nesse sentido, é na escola que se precisa pensar o direito à cidade e o enfrentamento das desigualdades de gênero. Assim,

A escola, ao cumprir suas finalidades de desenvolvimento pessoal, profissional e de cidadania dos seus alunos, está comprometida com o ensino e com a formação contínua dos seus professores para que eles possam cumprir com sua ação de ensinar. Os professores, por sua vez, buscando cumprir sua tarefa profissional, têm o compromisso com a eficácia de sua ação de ensinar, o que quer dizer ensinar a todos os alunos (CAVALCANTI, 2020, p. 56).

O ensino de Geografia, muitas vezes, é pautado apenas no que está presente na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018) e/ou nos livros didáticos, os quais, em alguns casos, deixam de dar ênfase para assuntos pertinentes ao cotidiano, que deveriam ser analisados de forma crítica. O currículo e as práticas pedagógicas hoje precisam se organizar com base nesses questionamentos e não apenas nas teorias tradicionais. É preciso ter em mente que se está construindo e respeitando identidades múltiplas e um currículo ou uma aula que não tem perspectiva crítica passa a excluir movimentos, espaços e identidades distintas daquelas que não são as “projetadas” pelos anseios sociais conservadores.

Como cita Silva (2001, p. 16), “Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder”. O currículo é construído a partir de escolhas e, muitas vezes, estas partem de quem detém o poder e domínio sobre o território e, em uma sociedade capitalista, os currículos muitas vezes beneficiam essa parte da sociedade, deixando de lado

a multiplicidade. O reflexo patriarcal está, muitas vezes, disfarçado de neutralidade ideológica.

Na BNCC, há os Temas Transversais Contemporâneos (TCTs), que elencam alguns desses assuntos do cotidiano:

Os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) têm a condição de explicitar a ligação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como de fazer sua conexão com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2019, p. 3).

Esses temas são divididos em macroáreas temáticas, entre elas, estão: economia e cidadania, multiculturalismo e civismo. No entanto, os TCTs não trazem os temas relacionados à discussão de gênero de uma forma direta, mas de maneira mais ampla, abrindo diversas possibilidades de abordagens. Tornando a abordagem sobre desigualdade de gênero uma possibilidade dentro do ensino de Geografia, contudo, ainda é um arcabouço muito vago, em que algumas(uns) professoras(es) irão abordar, mas tantas(os) outras(os) não, por insegurança teórico-metodológica ou mesmo por não reconhecer sua importância. Da Silva, Bueno e Cavalcanti (2022) apontam que os TCTs são fundamentais, quando se pensa em uma formação para a cidadania e para o respeito à diversidade, mas ainda é imprescindível que a abordagem de gênero seja explícita nos TCTs e orientações curriculares.

De acordo com Silva (2007), a pesquisa convencional da Geografia não consegue tornar as mulheres visíveis, com destaque em espaços importantes para a sociedade. A mulher está na “margem”. Toda essa desigualdade refletiu-se e ainda, de certa forma, reflete na pesquisa geográfica, como acredita Silva (2007). A autora aponta que “[...] exige dos pesquisadores novos procedimentos teórico-metodológicos para contemplar essa problemática e construir uma Geografia a partir da visão feminina da ciência” (SILVA, 2007, p. 35).

Outro ponto interessante que pode ser pensado em termos de gênero é que, mesmo com as defesas de que na Língua Portuguesa as expressões em masculino são consideradas gênero neutro e “homem” refere-se à “humanidade”, há de se pensar que em muitas culturas produzidas ao longo do tempo as mulheres não estão efetivamente incluídas na expressão, principalmente quando se abordam os espaços públicos. Como aborda Perez (2022, p. 21), o masculino genérico: “É compreendido esmagadoramente como masculino”.

Assim, a “morte” do sujeito universal na Geografia faz “nascer” a mulher como possibilidade de reflexão de uma Geografia da diferença, que considere as tensões da alteridade. [...] há abordagens mais recorrentes tentando pensar o que seria uma epistemologia feminista na Geografia, sentido teórico, ou, então, trazendo as mulheres a partir das suas experiências, sentido mais prático, ainda que alimentado pela teoria, mas não necessariamente feminista (BITETI, 2022, p. 10).

Quando se aborda sobre cultura, é importante trazer o pensamento de Chimamanda Ngozi Adichie (2015, p. 48), que remonta que “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura”. Então, as Geografias Feministas podem mudar epistemologicamente a ciência geográfica bem como o ensino da Geografia, tornando-a menos sexista, onde as mulheres tenham mais espaço para abordar as questões de gênero e o seu ser-estar no mundo.

Portanto, ao pensar em ensino e na ciência geográfica, é possível que as Geografias Feministas estejam/sejam presentes na Geografia, principalmente ao relacionar com os conceitos e correntes geográficas. Quando se pensa em correntes geográficas, as Geografias Feministas vão, em geral, ao encontro da Geografia Cultural Humanista e da Geografia Crítica. De acordo com Tonini (2003, p. 66), a “Geografia Crítica buscava mostrar as rugosidades do espaço geográfico”, a qual buscava uma análise social maior. Ainda

em seu livro, Tonini (2003, p. 72) traz uma reflexão de Gomes (1996), que destaca que a Geografia Humanista comprehende que “o espaço é sempre um lugar carregado de significações; a ação humana não pode estar separada de seu contexto; o homem produz sua cultura”. As Geografias Feministas buscam exatamente o direito ao espaço, a construção do território, onde as mulheres tenham direitos e sejam tratadas com humanidade.

De acordo com Biteti (2022), a estrutura patriarcal, machista e capitalista coloca a mulher como o outro, sem um lugar de existência e em um lugar de subordinação. E, assim: “Toda vez que uma menina tem menos incentivo para fazer algo considerado ‘de menino’, os estereótipos de gênero funcionam como um freio para todas as possibilidades de aprendizagem que poderiam delinear outro futuro para ela” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016. p. 19). Precisa-se muito caminhar em direção a uma Geografia Feminista que veja as mulheres como importantes e construtoras/produtoras de papéis relevantes nesta sociedade.

Caminhos para docenciar geografias feministas

Propõe-se que para trabalhar com a desigualdade de gênero e a valorização da mulher, é preciso entender que existe uma diversidade enorme dentro dos espaços escolares no que tange a identidades e vivências pessoais das(os) estudantes, além disso, as(os) docentes precisam pesquisar, estudar e entender que muitas das(os) estudantes podem passar por diversos conflitos (internos e externos), como, por exemplo, violências familiares ou de “namorados”, problemas com autoestima em relação ao corpo, cabelo, roupas, e todos esses fatores podem afetar o desenvolvimento e a aprendizagem.

É preciso pensar gênero para além dos conteúdos pré-estabelecidos nos currículos, a abordagem pode acontecer por meio dos espaços de vivências, seja público ou privado. A construção do espaço prescinde das mulheres e do enfrentamento da relação das violências sofridas com a organização social. Para Morais (2022, p. 138), esta precisa do “[...] reconhecimento de que a educação está repleta e é estruturada pelas relações de gênero”, e a partir disso, envolver todos os(as) sujeitos(as) nesse aprendizado, sendo fundamental a formação de cidadãos críticos e a possibilidade de

pensamentos feministas no ensino.

Entende-se, portanto, que a inserção da temática das relações de gênero no processo de formação inicial de professoras/es, levando-se em conta as provocações oriundas das Geografias Feministas, pode possibilitar outros tratamentos didáticos nos conteúdos de ensino. Conteúdos esses já identificados por Faria (2018) quando de sua pesquisa acerca das concepções de gênero e sexualidade de professoras/es de Geografia, dentre os quais se destacam: a) população, a partir das taxas demográficas então discutidas em sala de aula; b) desigualdade de gênero no País; c) violência; d) feminicídio e abusos; dentre outros (DE MORAES; DE SOUZA, 2022, p. 18).

E pensar para além também é perceber as sutilezas que existem na desigualdade de gênero, como, por exemplo, encontrar nos livros didáticos, mulheres sendo representadas nos mesmos espaços, os “naturalizados” como espaços de mulheres, em que apenas os homens foram importantes para construção de lugares, ou ainda que aborda a cultura de uma maneira muito machista. Essas nuances ainda serão encontradas nos materiais didáticos, cabe ao professor(a) abordar com criticidade, para que os(as) estudantes façam questionamentos: por que está dessa forma? Se isso está correto? Há possibilidades de mudança?

Para Christian e Souza (2020, p. 227): “Os espaços de representação se referem à dimensão simbólica do espaço, ou seja, não se refere ao espaço propriamente dito, mas a um espaço carregado de significado atribuído pelos sujeitos”. Com uma educação feminista, é possível que ao longo do tempo os espaços que hoje são violentos, discriminatórios e excludentes, sejam espaços com maiores diversidades, onde todos se sintam pertencentes, e que principalmente mulheres percebam-se de fato livres e entendam que têm potenciais para ser e estar onde quiserem.

Pensa-se assim que todos os debates apresentados prescindem da valorização do outro para que não seja mais necessário protestos

como os apresentados no início deste texto e para que cada vez mais mulheres possam ser respeitadas e valorizadas nesta sociedade. Há muitos passos dados, muitos para ser caminhados e uma necessidade emergente de um docenciar Geografias Feministas a ser construído! Fica o convite! Vem mulher mostrar o seu papel e a sua voz!

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BITETI, Mariane. Geografia e ontologia no debate dos feminismos. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 6-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.65547>. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Pesquisa DataSenado**: Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Instituto pesquisa DataSenado/ Secretaria de Transparência, 2021.

BRASIL. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. Brasília: MEC, 2019.

CAVALCANTI, L. S. Formar para a vida urbana cidadã como meta para o professor de Geografia: aportes teóricos e ensinamentos da experiência. **AGALI Journal**, v. 10, p. 45-64, 2020.

CAVALET, Andrea Alves. **A Violência Contra Mulheres na Cidade de Caçador**. Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe – Uniarp: Caçador: Uniarp, 2020.

CHRISTAN, Patrícia; SOUZA, Vanilton Camilo de. Prática espacial cotidiana no processo de significação da aprendizagem em Geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 10, n. 20, p. 223-240, jul./dez. 2020.

DA SILVA, M. P.; BUENO, M. A.; CAVALCANTI, L. S. A inserção de temáticas transversais e o ensino de Geografia em tempos de polarização ideológica: em foco a Rede Estadual de Educação de Goiás. **Ensino em Re-vista**, v. 29, p. 1-21. Disponível em: <https://seer>.

ufu.br/index.php/emrevista/article/view/66142/34122. Acesso em: 16 nov. 2022.

MORAIS, J. M. de; SOUZA, V. C. de. A abordagem de gênero e o ensino de geografia: possíveis diálogos com a formação de professores/as. *Geografia Ensino & Pesquisa*, [S. l.], v. 26, p. e20, 2022. DOI: 10.5902/2236499465813. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/65813>. Acesso em: 20 jan. 2023.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FARIA, R. P. N. **Concepções de gênero e sexualidade no ensino de geografia em escolas públicas de Goiânia**, Goiás. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**: a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MCCANN, Hannah (Org.). **O livro do feminismo**. [et al.]: tradução Ana Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

PEREZ, Carolina Criado. **Mulheres Invisíveis**: o viés dos dados em um mundo projetado por homens. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

SILVA, J. M. Um Ensaio sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TONINI, Ivaine Maria. **Geografia escolar**: uma história sobre seus discursos. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.